

A GESTÃO DA INFORMAÇÃO NUMA PERSPECTIVA FINANCEIRA: UMA ANÁLISE DESCRITIVA DOS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIRO NA CRIAÇÃO DE VALOR

Viviane Leone dos Santos de Jesus¹
Márcio Carvalho de Brito²

RESUMO

Analisa a gestão da informação numa perspectiva financeira abordando uma análise descritiva dos indicadores financeiros na criação de valor. Com a globalização, as organizações necessitam cada vez mais de informações relevantes e uma boa gestão financeira para sobreviver com suas atividades devido à grande competitividade. Uma boa gestão da informação, corroborada pela governança corporativa, tornando a análise da informação financeira ferramenta com grande relevância na criação de valor para o novo mercado. Considerando que a sobrevivência das empresas no mercado globalizado é uma das maiores dificuldades encontradas pelos empresários atualmente, devido à concorrência, a escassez dos recursos financeiros, naturais e humanos, à falta de bons gestores e a volatilidade do mercado. Tendo como problemática a gestão da informação numa perspectiva financeira na criação de valor e como objetivo geral a gestão da informação numa perspectiva financeira através da análise de indicadores e objetivos específicos verificar a importância da informação financeira na criação de valor, conhecer a literatura pertinente ratificando a importância da informação financeira no processo de tomada de decisão e analisar os indicadores financeiros que mensura o valor da empresa e como metodologia o trabalho tem caráter exploratório, bibliográfico e como pesquisa uma análise descritiva na construção de cenários. O trabalho analisa as variáveis que possibilitam a eficácia da gestão da informação financeira numa abordagem sistêmica, demonstrando e descrevendo os indicadores financeiros verificando as análises obtidas. Em suma uma boa gestão da informação consegue identificar a situação econômico-financeira e poderá utilizar os indicadores para amenizar os riscos tanto na estratégia como na tomada de decisão.

Palavras-chave: Gestão da Informação. Boas Práticas de Gestão. Indicadores Econômico-Financeiro.

ABSTRACT

The management of information from a financial perspective covering a descriptive analysis of the financial indicators of value creation. With globalization, organizations increasingly need relevant information and a sound financial management to survive on their activities due to great competition. A good information management, supported by corporate governance, making the analysis of financial reporting tool with great relevance in creating value for the new market. Whereas the survival of businesses in the global market is one of the greatest difficulties faced by entrepreneurs today owing to competition, scarcity of financial resources, both natural and human resources, lack of good managers and market volatility. Having problems like the management of information from a financial perspective on value creation and the general objective of managing information from a financial perspective through analysis of IDIC and aimed at verifying the importance of financial information on value

1 Pós-Graduanda em Gestão Estratégica de Negócios. E-mail: vivianeleone@gmail.com

2 Profº Centro Universitário do Rio Grande do Norte-UNIRN. E-mail: marcio@unirn.edu.br

creation, to know the literature confirming the importance of financial information in decision-making process and analyze the financial indicators that measures a company's valuation methodology and how the work is exploratory, and bibliographic research as a descriptive analysis in the construction of scenarios. The paper analyzes the variables that enable the effective management of financial information in a systemic approach, demonstrating and describing the financial indicators obtained by checking the analysis. In short a good information management can identify the economic and financial situation and can use the indicators to mitigate the risks in both the strategy and decision making.

Keywords: Information Management. Good Management Practices. Financial and Economic Indicators.

1 INTRODUÇÃO

As organizações estão cada vez mais preocupadas com a abordagem de sistemas, entender e lidar com a complexidade são as bases do pensamento sistêmico. Quanto mais numerosas as causas e variáveis, mais complexo é o problema ou situação. A Teoria da Informação enfatiza a importância da interação da informação no ambiente organizacional uma vez que o mundo empresarial encontra-se cada vez mais mutável, volátil, incerto onde as mudanças são frequentes, fragmentada, onde os diferenciais são relevantes no processo decisório, ficando a informação em uma ferramenta indispensável para a mitigação de entropias negativas nos processos organizacionais.

No entanto, a informação no contexto de sistemas é algo abstrato e é difícil para um gestor aplicá-la aos seus problemas diários. É relativamente fácil especificar um problema em termos das quatro dimensões organizacionais: contexto organizacional, planejamento e controle organizacional, processos comportamentais e tomada de decisão. Tornando a informação em sua concepção relevante em cenários mercadológicos, administrativos, de produção e econômico-financeiro.

Portanto no econômico financeiro o artigo que será apresentado tem como tema: a gestão da informação na perspectiva financeira como forma de criar vantagens competitivas e principalmente passar transparência aos investidores ou financiadores tendo a informação financeira aspecto relevante na criação de valor abordando de forma sensível, levando informação para a empresa perpassando para o conhecimento das finanças empresariais na geração de vantagens internas e externas.

As empresas brasileiras, independentemente do tamanho ou estrutura estão enfrentando desafios jamais vistos, tais como: a globalização da economia, os ambientes

externo e interno cada vez mais dinâmicos, os clientes cada vez mais exigentes, rápidas mudanças nos produtos e processos em função de avanços tecnológicos. Todas essas mudanças contribuem para aumentar o risco e a incerteza, tornando o gerenciamento das empresas uma atividade bastante complexa e desafiante.

Dessa forma iremos retratar a importância da gestão da informação econômico financeiro através de uma análise bibliográfica e descritiva de como chegar ao valor de uma empresa-VE. Como ferramenta de gestão, apresentando conceitos e evolução da informação; a importância da visão de sistemas para a organização, a visão fundamentalista da governança corporativa; o mercado; fluxo de caixa como ferramenta de gestão; análise de finanças na organização; e ainda os indicadores para que se tenha informações para uma boa tomada de decisão nas organizações.

Esse trabalho se justifica pelo que atualmente o mercado atravessa uma situação na qual a preocupação dos empresários é dispor de produtos e serviços com características diferenciadas dos seus concorrentes e desenvolvidos de formas mais vantajosas, no sentido comercial, sendo competitivo e economicamente lucrativo.

2 GESTÃO DA INFORMAÇÃO NO CONTEXTO ORGANIZACIONAL

A fundamentação será relacionada com processos sistêmicos e estratégia empresarial a partir da realidade corporativa e vivencial descrita pelo autor quase todas as coisas podem ser vistas como sistemas, um sistema é composto por uma série de itens inter-relacionados. Cada um causa um efeito nos demais e também pode ser influenciados por eles. É como o corpo humano; um choque em qualquer parte do corpo pode influenciar as demais pois o corpo humano é um sistema. Numa organização é a mesma coisa; se uma parte da organização está com problemas isto pode afetar todas as outras.

Realmente, é difícil dizer onde começa e onde termina determinado sistema. Os limites (fronteiras) entre o sistema e seu ambiente admitem certa arbitrariedade. O próprio universo parece estar formado de múltiplos sistemas que se interpretam. É possível passar de um sistema para outro que o abrange como também passar para uma versão menor e nele contida.

Da definição de Bertalanffy, segundo a qual o sistema é um conjunto de unidades reciprocamente relacionadas, decorrem dois conceitos: o de propósito (ou objeto) e o de globalismo (ou totalidade), esses dois conceitos retratam duas características básicas em um sistema.

Um sistema é um conjunto de elementos dinamicamente relacionados formando uma atividade para atingir um objetivo operando sobre dados, para fornecer informação, energia e matéria.

a) Os sistemas existem dentro de sistemas . As moléculas existem dentro das células , as células dentro dos tecidos , os tecidos dentro dos órgãos , os órgãos dentro dos organismos , os organismos dentro de colônias , as colônias dentro de culturas nutrientes , as culturas nutrientes dentro de conjuntos maiores de culturas , e assim por diante .

b) Os sistemas são abertos . É uma decorrência da premissa anterior . Cada sistema que se examine , exceto o menor ou o maior , recebe e descarrega algo aos outros sistemas , geralmente aqueles que lhe são contíguos . Os sistemas abertos são caracterizados por um processo de intercâmbio infinito com seu ambiente , que são os outros sistemas. Apesar das modificações que sofre em função dessas trocas, um sistema aberto mantém sua identidade e coerência (seus componentes podem mudar ou ser substituídos, mas a estrutura global do sistema permanece idêntica). É graças a essas trocas que um sistema aberto permanece vivo, em um equilíbrio dinâmico. Quando o intercâmbio cessa , o sistema se desintegra , isto é , perde suas fontes de energia.

c) As funções de um sistema dependem de sua estrutura . Para os sistemas biológicos e mecânicos esta afirmação é intuitiva . Os tecidos musculares , por exemplo, se contraem porque são constituídos de uma estrutura celular que permite contrações.

Segundo Maximiano (2006), qualquer sistema pode ser representado como conjunto de elementos ou componentes interdependentes, que se organizam em três partes: entrada, processos e saída. A representação de um sistema pode ser ilustrada como exemplo uma fábrica. A fábrica processa (transforma) entradas como matérias-primas e mão-de-obra para fornecer produtos - as saídas. As entradas e as saídas têm a função de fazer o sistema interagir com outros sistemas, que formam o ambiente.

Entradas

As entradas (inputs) compreendem os elementos ou recursos físicos e abstratos de que o sistema é feito, incluindo todas as influências e recursos recebidos do meio ambiente. Podemos tentar descrever um sistema qualquer, identificando seus elementos.

Processo

Todo sistema é dinâmico e tem processos que interligam os componentes e transformam os elementos de entrada em resultados. Cada tipo de sistemas tem um processo ou dinâmica própria.

Cada organização tem diferenças nos processos internos e nos resultados de cada um. São diferente a tecnologia, as normas e regulamentos, a cultura e os produtos e serviços que cada um produz. O que define a natureza do sistema é o processo, a natureza das relações entre as partes, e não apenas as partes, que são muito similares em todos os sistemas.

Os sistemas conceituais são forma de raciocinar, pois trabalha exclusivamente com a matéria-prima do intelecto. Entram informações, que são processadas para produzir novas informações. MAXIMIANO (2006)

Saídas

As saídas (outputs) são resultados do sistema, os objetivos que o sistema pretende atingir ou efetivamente atinge. O sistema-empresa é formado por inúmeros sistemas menores, como o sistema de produção e o sistema administrativo, cada um dos quais tem suas saídas específicas.

Sinergia é a palavra que indica a noção de que o todo é maior que a simples soma de suas partes. Um sistema ou conjunto de recursos tem sinergia quando o resultado da interação das partes é maior que a simples soma das partes. E essa interação que produz o efeito que faz surgir o sistema.

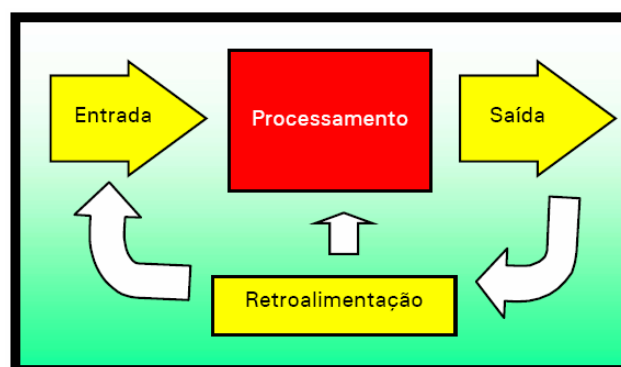


Figura 01: Etapas básicas de um processo
Fonte: Porter, 2004

Portanto a sinergia no ambiente organizacional do ponto de vista informacional torna-se latente para que haja um desenvolvimento sustentado de forma intrapessoal nos processos

organizacionais, principalmente quando em finanças empresárias qualquer decisão tomada ela tem efeito sobre o caixa, mostrando-se uma área interdependente nas organizações.

2.1 GOVERNANÇA CORPORATIVA

A idéia de governança corporativa, originou-se da expressão inglesa ‘*corporate governance*’, surgiu inicialmente nos Estados Unidos (maior mercado de capitais do mundo) e na Inglaterra no final da década de 1990, está relacionado diretamente à forma como as empresas são administradas. No passado recente, nas empresas privadas e familiares, os acionistas eram gestores, confundindo em sua pessoa propriedade e gestão. Com a profissionalização, a privatização, a globalização e o afastamento das famílias, a Governança Corporativa colocou o Conselho, entre a propriedade e a gestão.

A priori a governança surgiu visando a ética nas organizações, porém, a estrutura de controle em grandes corporações americanas apresentou falhas que permitiram grandes fraudes e escândalos no mercado de ações, um dos mais conhecidos foi o caso da companhia energética Enron, ocorrido no final de 2001. A empresa forjava sua contabilidade apresentando resultados falsos ao mercado de ações, escondendo o seu endividamento que acabou levando a falência. Dessa necessidade de maior controle, transparência e participação dos acionistas (indistintamente majoritários e minoritários), é que nasce a nova estrutura de governança corporativa, tomando como base a lei Sarbanes Oxley (SOX) promulgada em 30 de julho de 2002. Essa lei vem alterar significativamente os processos e procedimentos das empresas que possuem ações negociadas em bolsa.

Com o advento da SOX, mudanças ocorrem na elevação dos custos oriundos da implantação dos controles previstos na nova lei. Penha *et alli* (2006) comenta que a adequação à Lei Sarbanes-Oxley requer investimentos iniciais para efetuar-se o diagnóstico dos controles internos existentes, e a identificação dos pontos falhos que precisam ser trabalhados. Como uma parte substantiva do sistema de controles internos está embasada nos sistemas de informação, os quais devem estar desenhados e construídos com o estabelecimento de pontos de controle interno, os recursos a serem empregados para a sua adaptação podem ser vultosos.

Por outro lado, no Brasil, mesmo antes da SOX já existiam leis, normas e recomendações de “boas práticas” por parte de instituições reguladoras que cobravam maior transparência nas operações das grandes organizações; de tal modo que as exigências da SOX

não abalaram de forma traumática as estruturas de custos das empresas, conforme constata em seus trabalhos Oliveira e Linhares (2006) e Santos e Lemes (2007): “Podemos considerar a justificativa de que os gastos como despesas de um período parecem ter maior relação com fato de que os custos de implantação e manutenção das adaptações exigidas pela lei americana são compensados com as vantagens de se captar no mercado americano com a emissão de papéis”. Além disso, há ganhos e os gastos são justificáveis financeiramente, como também as adaptações trazem outras vantagens para a empresa, especificamente na melhoria de processos.

2.2 SOBRE A BOA GOVERNANÇA

Santos (1997) trabalha com a idéia de que uma “boa” governança se traduz em um fator de desenvolvimento sustentado, que incorpora ao crescimento econômico equidade social e também direitos humanos. As boas práticas de governança garantem efeitos benéficos na gestão da organização como um todo dando robustez e credibilidade aos negócios; tem por consequência aumentar o valor da sociedade, facilitar seu acesso ao capital e contribuir para a sua perenidade. Contudo na prática encontramos várias instituições que difundem as boas práticas de governança e o fazem de acordo com seus interesses e campo de atuação. Entidades como Comissão de valores Monetário (CVM) que normatiza o mercado de ações dentro de uma lógica baseada na transparência e na legalidade, têm poderes para disciplinar, normatizar e fiscalizar a atuação dos diversos integrantes do mercado. Seu poder normatizador abrange todas as matérias referentes ao mercado de valores mobiliários zelando pela conservação de princípios que regem as boas práticas já consagradas no mundo corporativo.

Já Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros BOVESPA S.A. relacionam as boas práticas de governança para criar o chamado “novo mercado”. O Novo Mercado é um segmento de listagem destinado à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam, voluntariamente, com a adoção de práticas de governança corporativa adicionais em relação ao que é exigido pela legislação. BOVESPA (2009). A entrada de uma companhia no Novo Mercado ocorre por meio da assinatura de um contrato e implica na adesão a um conjunto de regras societárias, genericamente chamadas de "boas práticas de governança corporativa", mais exigentes do que as presentes na legislação brasileira. Essas regras, consolidadas no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, ampliam os direitos dos

acionistas, melhoram a qualidade das informações usualmente prestadas pelas companhias, bem como a dispersão acionária e, ao determinar a resolução dos conflitos societários por meio de uma Câmara de Arbitragem, oferecem aos investidores a segurança de uma alternativa mais ágil e especializada.

O código Brasileiro das Melhores Práticas sugeridos pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), e o qual tomaremos como referencia nesse estudo, tem como princípios básicos:

- **Transparência:** “A comunicação não deve restringir ao desempenho econômico-financeiro, mas deve contemplar os demais fatores, inclusive os intangíveis, que norteiam a ação empresarial e que conduzem à criação de valor, assim é definido o primeiro princípio das melhores praticas.”
- **Equidade:** “Caracteriza-se pelo tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, sejam do capital ou das demais partes interessadas ou stakeholders, como colaboradores, clientes, fornecedores, ou credores. Atitudes ou políticas discriminatórias, sob qualquer pretexto, são totalmente inaceitáveis.”
- **Prestação de contas (accountability):** Os agentes da governança corporativa devem prestar contas de sua atuação a quem os elegeu e respondem integralmente por todos os atos que praticarem no exercício de seus mandatos.
- **Responsabilidade Corporativa:** “Conselheiros e executivos devem zelar pela perenidade das organizações (visão de longo prazo, sustentabilidade) e, portanto, devem incorporar considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações. Responsabilidade Corporativa é uma visão mais ampla da estratégia empresarial, contemplando todos os relacionamentos com a comunidade em que a sociedade atua. A "função social" da empresa deve incluir a criação de riquezas e de oportunidades de emprego, qualificação e diversidade da força de trabalho, estímulo ao desenvolvimento científico por intermédio de tecnologia, e melhoria da qualidade de vida por meio de ações educativas, culturais, assistenciais e de defesa do meio ambiente. Inclusive neste princípio a contratação preferencial de recursos (trabalho e insumos) oferecidos pela própria comunidade.”

3 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

As informações financeiras torna-se relevante, principalmente no que se refere a tomada de decisões em ambientes onde as variáveis exógenas tendem a influenciar fortemente o ambiente organizacional. Portanto, conhecer os conceitos e ferramentas financeiras orientam para uma decisão focada e direcionada mitigando oscilações de mercado que venham a destruir seu valor.

3.1 FLUXO DE CAIXA: CONCEITOS CENTRAIS

O Fluxo de caixa é um planejamento de contas antecipadas, visando um bom gerenciamento das contas de receitas e despesas, Facilitando para o administrador da empresa antecipadamente controlar suas entradas e saídas. De acordo com Tomaz (2001), Fluxo de caixa nada mais é do que uma planilha (pode ser em tabela ou gráfico) onde se irão registrar todas as entradas e saídas de recursos, isto é, que ainda não aconteceram, mas que são certas. Em outras palavras, fluxo de caixa é a demonstração das receitas e despesas distribuídas para o futuro.

Já no entendimento de Assaf Neto e Silva (1997, p.38) fluxo de caixa “é um processo pelo qual a empresa gera e aplica seus recursos de caixa determinados pelas várias atividades desenvolvidas, onde as atividades da empresa dividem-se em operacionais, de investimento e de financiamento”.

O fluxo de caixa envolve os recursos que serão recebidos ou desembolsados pela empresa, de acordo com as características da análise a ser feita. Segundo Santos (2002, p.52)

O fluxo de caixa é considerado um dos principais instrumentos de análise e avaliação de uma empresa, proporcionando ao administrador uma visão futura dos recursos financeiros da empresa, integrando o caixa central, as contas correntes em bancos, contas de aplicações, receitas, despesas e as previsões.

Um fluxo de caixa não pode ser confundido com uma demonstração contábil, misturar seu planejamento financeiro como contas do passado, presente e futuro, visualizando assim a empresa iria entrar em atrito muito mais rápido do que possamos imaginar.No entendimento de Gitman (1997, p.586)

O fluxo de caixa é a espinha dorsal da empresa”. Sem ele não se saberá quando haverá recursos suficientes para sustentar as operações ou quando haverá necessidade de financiamentos

bancários. “Empresas que necessitem continuamente de empréstimos de última hora poderão se deparar com dificuldades de encontrar bancos que as financie.

3.2 A GESTÃO FINANCEIRA

Na administração financeira os administradores visam à busca do retorno do investimento, necessitando de conhecimentos específicos, para analisar os riscos possíveis, lidando com as obrigações do financeiro na empresa, gerenciando o financeiro de muitos tipos de negócios (Financeiros e não financeiros, privados e públicos, grandes e pequenos, com ou sem fins lucrativos), tendo um papel essencial nas operações da empresa.

“A função financeira compreende os esforços despendidos objetivando a formulação de um esquema que seja adequado a maximização dos retornos dos proprietários das ações ordinárias da empresa, ao mesmo tempo em que possa propiciar a manutenção de um certo grau de liquidez” (CARDOSO; BRITO apud BRAGA,1995).

O maior objetivo é maior rentabilidade sobre qualquer investimento feito, desde que não comprometa a liquidez da empresa, cada situação exige conhecimento e ferramentas suficientes para que a administração se torne mais eficaz e eficiente, pois os investimentos podem significar retorno ou risco para empresa.

Qualquer que seja o tamanho da empresa, a função financeira deve possuir um papel de extrema importância para que a empresa venha a sobreviver. Em pequenas e médias empresas a função financeira restringe-se a administração de disponibilidade, de acordo com a necessidade do caixa a curto e médio prazo e o que for necessário para supri-los.

Para que a empresa trabalhe em cima de controle é necessário que existam objetivos e metas, a análise de comparação aos resultados, sendo também necessárias ferramentas de controle operacional, gerencial e estratégico para o levantamento das informações. A pequena empresa deve organizar e planejar e estabelecer metas e resultados e atingi-los, estabelecendo diretrizes a serem seguidas pela empresa. Zdanowicz (1998, p.16) diz que “é através do Planejamento financeiro e Orçamento que se poderão visualizar as medidas que deverão ser executadas, bem como as expectativas a respeito do futuro da empresa.”.

A meta da administração financeira é a maximizar a riqueza dos acionistas. A maximização é completa pelos seguintes aspectos:

- Perspectiva de longo prazo
- Valor do dinheiro no tempo
- Retorno do capital próprio
- Risco
- Dividendos

Segundo Cardoso e Brito (2004 p.36) “As funções administrativas costumam ser classificadas em planejamento, organização, direção e controle aplicados a cada função ou departamento da organização”.

3.3 DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA

Nas demonstrações financeiras podemos citar diversas demonstrações contábeis são elas, Demonstração do resultado do exercício (DRE), Balanço Patrimonial, demonstração de lucros ou prejuízos acumulados (DLPA) ou demonstração das mutações do patrimônio líquido (DLPA) e demonstração de fluxo de caixa (DFC).

As demonstrações contábeis deverão obedecer aos critérios e formas expostos na Lei 6404/76, onde estão estabelecidas quais as demonstrações que deverão ser elaboradas pelas empresas, sejam de capital aberto ou não.

As empresas de capitais abertos são aquelas que podem ter seus valores mobiliários negociados em bolsas de valores e terá que ter registro na Comissão Mobiliária de valores (CMV).

As demonstrações exigidas para as empresas de capital aberto são:

- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado do Exercício
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos

Para as demais entidades as demonstrações exigidas são:

- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado do Exercício
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

3.4 ANÁLISES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A análise financeira não é obrigatória, mais vem como um somatório nas informações das demonstrações financeiras, através da necessidade de um resumo mais detalhado sobre a situação do patrimônio da empresa. No estudo de Silva (1999), “a importância da análise da liquidez de uma empresa está em identificar sua capacidade de honrar com seus compromissos de curto prazo”.

3.5 ANÁLISES DE LIQUIDEZ

A liquidez de uma empresa tem haver com as condições de pagamento das obrigações da empresa no curto prazo. Segundo Gitman (1987, pág 311) “Liquidez é capacidade de uma empresa para satisfazer suas obrigações no curto prazo, na data do vencimento”

A liquidez, ainda segundo Gitman, refere-se à solvência da situação financeira global da empresa, ou seja, a facilidade com que ela pode pagar suas contas.

Foster (1984), refere-se a liquidez como sendo a habilidade de uma empresa honrar seus compromissos de curto prazo quando estes vencem.

A liquidez de uma empresa é medida pela sua capacidade de satisfazer suas obrigações a curto prazo, na data do vencimento. A liquidez refere-se à solvência da situação financeira global da empresa (J. GITMAN, 1987, p. 220).

As três medidas ou índices de liquidez são: capital circulante líquido, índice de liquidez corrente e índice de liquidez seca.

- *Capital Circulante líquido = Ativo Circulante – Passivo Circulante*

Quadro 01 - CCL

$\text{CCL} = \text{AC} - \text{PC}$

Fonte: Assaf Neto (2001, p. 172).

Calcula-se o capital circulante líquido da empresa subtraindo seu passivo circulante de seu ativo circulante. Segundo J. Gitman (1987) este cálculo não é muito útil para comparar o desempenho de empresas diferentes, mas sim para o controle interno, mesmo assim o CCL mede a liquidez da empresa.

Quase sempre o contrato, através do qual se incorre num empréstimo a longo prazo, determina especificamente um nível mínimo de capital circulante líquido que precisa ser conservado pela empresa. Com essa exigência pretende-se obrigar a empresa a manter uma liquidez operacional suficiente e ajudar a proteger os empréstimos de credores. (GITMAN, 1987, p. 220).

Uma comparação em série temporal do capital circulante líquido da empresa ajuda a avaliar as operações da empresa facilitando muito seu controle interno e melhor desempenho quanto a aquisições de novos fundos para investimentos.

O capital circulante líquido será próprio quando a diferença for positiva. Se a diferença for negativa, aí, o capital circulante será de terceiros. A posição financeira da empresa, em curto prazo, é avaliada, portanto, pelo capital circulante líquido, que pode ser próprio ou de terceiros. (WALTER, 1988, p.90).

- *Índice de Liquidez Corrente = Ativo Circulante / Passivo Circulante*

Quadro 02 - ILC

$ILC = AC / PC$

Fonte: Assaf Neto (2001, p. 172).

Calcula-se o índice de liquidez corrente da empresa dividindo o ativo circulante com o passivo circulante da empresa. Considera-se que entre 1.0 e 2.0 é um índice de liquidez corrente aceitável, mas a determinação exata de um índice depende em grande parte do setor onde a empresa opera.

Um índice de 1.0 seria considerado aceitável para uma empresa de utilidade pública, porem seria inaceitável para uma empresa industrial. A aceitabilidade de um índice de liquidez corrente depende muito da previsibilidade dos fluxos de caixa da empresa (GITMAN, 1987, p. 220).

Quanto mais previsíveis forem os fluxos de caixa, menor será o índice de liquidez corrente exigido. Esse índice muito se assemelha com a relação de juros e risco empresarial no Brasil, onde quanto mais previsível e transparente forem as informações e demonstrações de uma entidade melhor será seu coeficiente de avaliação e menor os juros caso necessite de algum empréstimo, que está também diretamente ligado ao risco de qualquer negociação.

O quociente de liquidez corrente ideal fundamenta-se no ciclo operacional da empresa (produção ou comercialização) (WALTER, 1988, p.98).

- *Índice de Liquidez Seca = Ativo Circulante - Estoque / Passivo Circulante*

Quadro 03 - ILS

$ILS = AC - Estoque / PC$

Fonte: Assaf Neto (2001, p. 172)

Calcula-se o índice de liquidez seca da empresa retirando do saldo do ativo circulante o valor da conta de estoque em seguida dividindo com o passivo circulante.

A suposição básica do índice de liquidez seco é que os estoques geralmente constituem o ativo circulante menos líquido e, portanto, devem ser ignorados (GITMAN, 1987, p. 221).

É Recomendado um índice de 1.0 ou superior. De novo o que se pode considerar aceitável depende muito do setor onde a companhia opera. Esse índice fornece uma medida melhor da liquidez global. Porém se o estoque for, dependendo do setor, facilmente convertido em caixa, o mesmo deverá entrar dentro da fórmula sua natureza ativo circulante.

3.6 ANÁLISES DE ATIVIDADES

Os índices de atividade são usados para medir a rapidez com que várias contas são convertidas em vendas ou caixa. As medidas de liquidez global geralmente são inadequadas, porque a liquidez “verdadeira” pode ser significativamente afetada por diferenças na composição dos ativos e passivos circulantes (GITMAN, 1987, p. 220).

Essas atividades indicam a rapidez com que várias contas são convertidas em vendas ou em caixa, ou seja, reconhece que o ciclo operacional se completa no momento da saída de mercadorias ou produtos do estoque por venda realizada a dinheiro. É importante olhar além das medidas de liquidez global de modo a equilibrar a atividade das contas circulantes específicas.

Há inúmeros índices para medir a atividade das contas circulantes mais importantes, que incluem estoques, duplicatas a receber e contas a pagar. Também pode ser avaliada a atividade dos ativos totais (GITMAN, 1987, p. 222).

As medidas ou índices de atividade são: giro de estoque, período médio de cobrança, período médio de pagamento e giro do ativo total.

- *Giro de Estoque = 360 x Estoque / Custo da Mercadoria Vendida*

Quadro 04- GE

$$GE = 360 \times \text{Estoque} / \text{CMV}$$

Fonte: Assaf Neto (2001, p. 172).

Calcula-se o giro de estoque da empresa multiplicando o estoque pela media anual e dividindo pelos custos dos produtos vendidos. O giro do estoque mensura a atividade ou liquidez do estoque de uma empresa. Deve ser comparado com o de outras empresas ou com giro de estoques passados. O índice depende muito do setor e pode ser convertido na idade media do estoque que é 360, referente a quantidade de dias no ano.

Muitos crêem que quanto maior for o giro do estoque da empresa, mais eficientemente ela terá administrado seus estoques. Isto é verdadeiro até certo ponto; acima deste, um alto giro dos estoques pode indicar problemas. Por exemplo, um modo de aumentar o giro do estoque é manter os estoques muito pequenos. Contudo, tal estratégia pode resultar num grande numero de falta de estoque (vendas perdidas devido a falta de estoque (GITMAN, 1987, p, 223).

- *Período Médio de Cobrança = 360 x Duplicatas a receber / total de vendas brutas*

Quadro 05 - PMC

$$PMC = 360 \times \text{Duplicatas a receber} / \text{Vendas brutas}$$

Fonte: Assaf Neto (2001, p. 172).

Calcula-se o período médio de cobrança multiplicando as duplicatas a receber pela media de dias anual 360, e dividindo pelas vendas brutas. O período médio de cobrança é o tempo necessário para cobrar as duplicatas a receber, com esse índice é possível avaliar a política de credito e cobranças. Quanto menor esse índice mais eficaz é o sistema de cobrança da empresa, esse período se dá através do saldo das contas a receber pela media das vendas diárias. Por exemplo, se uma empresa concede credito de 30 dias e seu PMC é de 58,9 dias indicaria um departamento de credito e cobrança mal administrado.

O período médio de cobrança só é significativo em função das condições de credito da empresa (J.GITMAN, 1987, p, 223).

- *Período Médio de Pagamento = 360 x Fornecedores / Compras*

Quadro 06 - PMP

$$\text{PMP} = 360 \times \text{Fornecedores} / \text{Compras}$$

Fonte: Assaf Neto (2001, p. 173).

Calcula-se o período médio de pagamento multiplicando os fornecedores por 360 e dividindo pelas compras que é o estoque inicial menos o estoque final menos os custos de mercadorias vendidas. A dificuldade em calcular esse índice baseia-se na necessidade de se terminar as compras anuais e normalmente as compras são estimadas como uma dada porcentagem do custo das mercadorias vendidas. Um grande facilitador seria fazer uma análise cronológica das duplicatas, para acompanhar sua evolução através dos tempos.

Análise cronológica das duplicatas é uma técnica para avaliar a composição de duplicatas a pagar ou receber. Dá ao analista informações referentes a proporção de cada tipo de duplicatas que estiver atrasada durante um período de tempo (J.GITMAN, 1987, p, 224).

- *Giro do Ativo Total = Vendas / Ativo Total*

Quadro 07 - GAT

$$\text{GAT} = \text{Vendas} / \text{Ativo Total}$$

Fonte: Assaf Neto (2001, p. 173).

Calcula-se o giro do ativo total dividindo as vendas pelo ativo total da empresa. Esse índice indica a eficiência com que a empresa é capaz de usar seus ativos para gerar vendas. Quanto maior esse giro do ativo mais eficiente seus ativos poderão ser usados. É de grande interesse pela administração da empresa por indicar a eficiência das operações financeiras da empresa.

3.6 ANÁLISES DO ENDIVIDAMENTO

A posição de endividamento da entidade mostra o montante do capital de terceiros que está sendo usado para tentar gerar lucros. Para muitos credores, o grau de endividamento da empresa é de grande interesse, pois demonstra a situação e chances da empresa de quitar suas dívidas a curto e longo prazo.

O endividamento de uma empresa tem relação geralmente com os recursos de terceiros. "A situação de endividamento de uma empresa indica o montante de recursos de terceiros que está sendo usado, na tentativa de gerar lucros." Gitman (1997 p. 115).

De forma geral, quanto mais recursos de terceiros a empresa utiliza em relação ao seu ativo, maior será a sua alavancagem financeira, termo utilizado para descrever a ampliação do risco e do retorno ocasionada pelo uso de financiamento a custos fixos, como dívida e ações preferenciais. Em outras palavras, "quanto maior o endividamento a custos fixos, ou alavancagem financeira, de uma empresa, maior serão o seu risco e retorno esperados." Gitman (1997 p. 116).

O aumento do risco e retorno ao uso de financiamento a custo fixo, tal como dívida e ações preferenciais.

O indicador de alavancagem financeira é utilizado pelos analistas para medir a eficiência com que os administradores aplicaram recursos provenientes de terceiros e seus efeitos na formação da taxa de retorno do capital próprio (WALTER, 1988, p.129)

Os índices mais utilizados como medidas de endividamento são: índice de endividamento e índice de cobertura de juros.

- *Índice de Endividamento = Exigível total / Ativo total*

Quadro 08 - IET

$$IE = \text{Exigível Total} / \text{Ativo Total}$$

Fonte: Assaf Neto (2001, p. 173).

Calcula-se o índice de endividamento dividindo o exigível total, ou seja, o passivo circulante mais o passivo exigível a longo prazo pelo ativo total da empresa. Quanto mais elevado for o índice maior será o montante de dinheiro de outras pessoas sendo usado na tentativa de gerar lucros para a empresa. A lei requer que os direitos dos credores sejam

satisfeitos antes dos direitos dos proprietários, isto faz sentido, pois o credor está prestando um serviço para o proprietário e para isso não se requer assumir os riscos da propriedade. "O índice de endividamento geral mede a proporção dos ativos totais da empresa financiada pelos credores." Gitman (1997 p. 117). De forma geral, quanto maior for este índice, maior será o montante de capital de terceiros, que vem sendo utilizado para gerar lucros. Este índice é geralmente representado de maneira percentual. Um índice de endividamento geral, por exemplo, de 40%, indica que a empresa financia 40% dos seus ativos com capital de terceiros.

- *Índice de Cobertura de Juros = Lajir / Juros*

Quadro 09 - ICJ

$\text{ICJ} = \text{Lajir} / \text{juros}$
--

Fonte: Assaf Neto (2001, p. 173).

Calcula-se o índice de cobertura de juros dividindo o lucro antes dos juros do imposto de renda – lucro operacional pela despesa total com juros da empresa. Quanto mais elevado for o índice maior será a capacidade da empresa de atender suas obrigações de juros. "O índice de cobertura de juros mede a capacidade da empresa para realizar pagamentos contratuais." GITMAN (1997 p. 118). Como regra geral, GITMAN sugere que este índice possua um valor mínimo de 3,0 e de preferência, próximo a 5,0.

3.7 ANÁLISE DA LUCRATIVIDADE

Existem muitas formas de se avaliar a rentabilidade de uma empresa. Cada uma delas se relaciona a um tipo de retorno da empresa, por exemplo, às vendas, aos seus ativos, ao seu patrimônio líquido, ou ao valor das suas ações. Como um todo, "essas medidas permitem a quem analisa, avaliar os lucros da empresa em confronto com um dado nível de vendas, um certo nível de ativos, o investimento dos proprietários, ou o valor da ação." GITMAN (1997 p. 120).

Alguns dos índices mais comumente encontrados na literatura são: margem bruta, margem operacional, margem líquida, taxa de retorno sobre o ativo total, Taxa de retorno sobre o patrimônio líquido.

Há um grande numero de medidas de lucratividade. Cada uma delas relaciona os retornos da empresa a suas vendas, a seus ativos ou ao seu patrimônio líquido (J. GITMAN, 1987 p. 230)

- *Margem Bruta = Lucro bruto / Vendas*

Quadro 10 - MB

$MB = \text{Lucro bruto} / \text{Vendas}$

Fonte: Assaf Neto (2001, p. 173).

Calcula-se o índice de margem bruta dividindo o lucro bruto com as vendas da empresa. A margem bruta mede a rentabilidade das vendas, logo após as deduções de vendas (impostos sobre vendas, devoluções, abatimentos e descontos incondicionais) e do custo dos produtos vendidos. Este indicador fornece assim a indicação mais direta de quanto a empresa está a ganhar como resultado imediato da sua atividade.

A margem bruta indica a porcentagem de cada um real de venda que restou após a empresa ter pago por suas mercadorias. Quanto maior melhor, e menor será o custo das mercadorias vendidas (GITMAN, 1987 p. 231)

- *Margem Operacional = Lucro Operacional / Vendas*

Quadro 11 - MO

$MO = \text{Lucro operacional} / \text{Vendas}$

Fonte: Assaf Neto (2001, p. 173).

Calcula-se o índice de margem operacional dividindo o lucro operacional com as vendas da empresa. Indicador usado na análise financeira de empresas. Como no Brasil o resultado operacional já desconta a despesa líquida com juros, a margem operacional determina a porcentagem de cada R\$ 1 de venda que restou após a dedução de todas as despesas, menos o imposto de renda e as despesas não operacionais ou extraordinárias. Pode ser calculado como sendo o quociente entre o resultado operacional e a receita líquida de vendas da empresa.

"A margem operacional mede o que, com frequência, se denomina *lucros puros*, obtidos em cada unidade monetária de venda. O lucro operacional é puro, no sentido de que ignora quaisquer despesas financeiras ou obrigações (juros ou impostos de renda) e considera somente os lucros auferidos pela empresa em suas operações." (GITMAN, 1997 p. 231).

- *Margem Liquida = Lucro Liquido após o IR / Vendas*

Quadro 12 - ML

$$ML = \text{Lucro líquido após IR} / \text{Vendas}$$

Fonte: Assaf Neto (2001, p. 173).

Calcula-se o índice de margem líquida dividindo o lucro líquido após o imposto de renda com as vendas da empresa. É a Diferença entre o preço do produto e todos os custos e despesas envolvidos na fabricação. Ou seja, O Indicador usado na análise financeira de empresas, que expressa a relação entre o lucro líquido da empresa e a sua receita líquida de vendas. A margem líquida determina a porcentagem de cada R\$ 1 de venda que restou após a dedução de todas as despesas, inclusive o imposto de renda, e é calculada como sendo o quociente entre o lucro líquido e a receita líquida de vendas da empresa.

"A margem líquida mede a porcentagem de cada unidade monetária de venda que restou, depois da devolução de todas as despesas, inclusive o imposto de renda." (J. GITMAN, 1997 p. 231)

- *Taxa de retorno sobre o ativo total = Lucro Liquido após o IR / Ativo total*

Quadro 13 - ROA

$$ROA = \text{Lucro líquido após IR} / \text{Ativo total}$$

Fonte: Assaf Neto (2001, p. 173).

Calcula-se o índice de taxa de retorno sobre o ativo total dividindo o lucro líquido após o imposto de renda com o ativo total da empresa. Também chamado de ROI, em finanças, retorno sobre investimento (em inglês, return on investment ou ROI), também chamado taxa de retorno (em inglês, rate of return ou ROR), taxa de lucro ou simplesmente

retorno, é a relação entre o dinheiro ganho ou perdido através de um investimento, e o montante de dinheiro investido.

O montante de dinheiro ganho ou perdido pode ser referido como juros, lucros ou prejuízos, ganhos ou perdas ou ainda rendimento líquido ou perdas líquidas. O dinheiro investido pode ser referido como ativo, capital, ou custo básico do investimento. O ROI ou ROA é geralmente expresso como percentagem.

Determina a eficiência global da administração quanto a obtenção de lucros com seus ativos disponíveis. Quanto maior o ROI, melhor. (J. GITMAN, 1997 p. 232)

- *Taxa de retorno sobre o patrimônio líquido = Lucro Líquido após o IR / Patrimônio Líquido*

Quadro 14 - ROE

$$\text{ROE} = \text{Lucro líquido após IR} / \text{PL}$$

Fonte: Assaf Neto (2001, p. 173).

Calcula-se o índice de taxa de retorno sobre o patrimônio líquido dividindo o lucro líquido após o imposto de renda com o patrimônio líquido da empresa. ROE é o acrônimo de Return On Equity (em português: Retorno sobre o Patrimônio). A ROE é um indicador financeiro percentual que se refere à capacidade de uma empresa em agregar valor a ela mesma utilizando os seus próprios recursos. Isto é, o quanto ela consegue crescer usando nada além daquilo que ela já tem. O ROE é frequentemente utilizado por investidores, acionistas, financeiras, e outras entidades para acompanhar o potencial e estabilidade de uma empresa.

Este índice mostra o retorno ganho sobre o investimento dos proprietários tanto acionistas preferenciais quanto comuns. Geralmente quanto maior for esse índice melhor para os proprietários (J. GITMAN, 1997 p. 232)

4 CONCLUSÃO

Finalmente pode-se concluir que a gestão da informação numa perspectiva financeira utilizando como ferramenta de mensuração da valor da empresa através da análise das demonstrações financeiras de fundamental importância para as pretensões das empresas que

estão operando no mercado atualmente, sobretudo no que diz respeito à gestão financeira que com a concorrência e a globalização necessita ser cada vez mais eficiente e eficaz.

Em análise descritiva, a partir das Demonstrações Financeiras, notou-se que poderá utilizar os indicadores financeiros para amenizar os riscos tanto na estratégia como na tomada de decisão. Entretanto a gestão da informação financeira da empresa deve ser utilizado como instrumento fundamental na tomada de decisão que é muito importante nesse mercado globalizado e com a alta concorrência. Além disto a análise dos indicadores financeiros é uma ótima ferramenta para ser usada pelo gestor no controle interno da empresa.

Os objetivos de estudo desse trabalho foram todos alcançados, pois, descrevendo as variáveis que possibilitam a eficácia da gestão financeira, demonstrando a gestão da informação através da aplicabilidade dos indicadores financeiros verificando os resultados obtidos .

Enfim, a gestão da informação e de sistemas, com suas técnicas e ferramentas, ficando claro que é necessário gerenciar adotando uma gestão integrada da informação financeira reduzindo assim aos riscos para identificação de suas correlações através de sua minimização e transferência, impactando decisivamente nestes destruidores de valores. As empresas deverão buscar uma maior concentração estratégica da informação nos seus indicadores econômicos-financeiros em seus processos, recursos humanos, entre outros; Tendo a consciência que a informação é tudo sobretudo financeira, onde as empresas buscarão um crescimento sustentado e sem tantos impactos com entropias causadas pela ausência do conhecimento e do bom gerenciamento da informação financeira em seus processos.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO WALTER, Milton. **Introdução à análise de balanços**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 1988.

ASSAF NETO, Alexandre. **Fianças Corporativas e Valor**. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Finanças Corporativas e valor**. 2. ed. São Paulo: Atlas. 2001.

_____. **Estrutura e análise de balanços.** Um enfoque econômico-financeiro; Comércio e serviços; Indústrias; Bancos comerciais e múltiplos. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

BERTALANFFY, Ludwig Von. **Teoria Geral de Sistemas.** 2. ed. São Paulo: Editora, 2006.

CARDOSO, Alberto Lemos; BRITO, Breno Xavier. **Administração Financeira e Orçamentária.** Goiânia: UCG, 2004.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 10 set. 2010.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira.** 7. ed. São Paulo: Harbra, 1997.

LEMES JUNIOR, Antônio Barbosa; RIGO, Cláudio Miessa; CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo. **Administração Financeira:** princípios, fundamentos e práticas brasileiras. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código Brasileiro das melhores Práticas de Governança Corporativa.** Edição Ampliada. Local: Editora, 2001.

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. **Introdução à Administração.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

PENHA, José Carlos; PELEIAS, Ivam Ricardo; SEGRETI, João Bosco; PEREIRA, Anísio Candido. **Estudo de Caso sobre a Percepção do Corpo Diretivo de Uma Multinacional Oriental quanto à Implementação dos Requisitos da Lei Sarbanes-Oxley.** In: Encontro da ANPAD, 30, 2006, Salvador. Anais. Salvador: ENANPAD, 2006.

OLIVEIRA, Marcelle Colares; LINHARES, Juliana e Silva. **A Implantação de Controle Interno Adequado às Exigências da Lei Sarbanes-Oxley em Empresas Brasileiras: Um Estudo de Caso.** In: Congresso USP Controladoria e Contabilidade, 6, 2006, São Paulo. Anais... São Paulo: Congresso USP, 2006. Disponível em: <<http://www.congressoeac.locaweb.com.br/artigos62006>>.

PORTER, Michael E. **Estratégia competitiva:** técnicas para análise de indústrias e da concorrência, 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.